



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

AS (CON)TRADIÇÕES SOCIOCULTURAIS DA REABILITAÇÃO URBANA

Marluci Menezes

Investigadora Auxiliar, LNEC

LISBOA • 2010

COMUNICAÇÕES
COM 149

MENEZES, Marluci

Geógrafa, Doutora em Antropologia Social e Cultural
Departamento de Edifícios

Comunicação apresentada na "VIII Reunião de Antropologia do MERCOSUL", realizada em Buenos Aires – Argentina, Outubro, 2009

Copyright © LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL, I.P.
Divisão de Divulgação Científica e Técnica
AV DO BRASIL 101 • 1700-066 LISBOA
e-e: livraria@lnec.pt
www.lnec.pt

Editor: LNEC

Colecção: Comunicações

Série: COM 149

1.ª edição: 2010

Tiragem: 100 exemplares

Descritores: Espaço urbano / Reabilitação urbana / Desenvolvimento sociocultural / Sociologia urbana / Bairro / Lisboa

Descriptors: Urban space / Urban rehabilitation / Socio-cultural development / Urban sociology / Quarter / Lisboa

CDU 316.334.56(469)
ISBN 978-972-49-2194-5

AS (CON) TRADIÇÕES SOCIOCULTURAIS DA REABILITAÇÃO URBANA

RESUMO

Pretende-se com esta comunicação reflectir sobre como no processo de produção e construção social do espaço urbano, a idealização e a sobrevalorização de determinadas tradições que procuram apoiar-se na revitalização de um passado pensado como histórico - socialmente inventado e constantemente reinventado - tanto podem promover a dinamização sociocultural como, indirectamente, potenciar o risco da produção de espaços urbanos segregados ou de populações estigmatizadas. A discussão aqui proposta tem por referência certas dinâmicas encetadas pelo processo de intervenção na cidade de Lisboa, destacando em particular um estudo antropológico desenvolvido no bairro da Mouraria em Lisboa.

SOCIO-CULTURAL (CON) TRADITIONS OF URBAN REHABILITATION

ABSTRACT

This communication considers the process of production and social construction of urban space, and how the idealization and overvaluation of certain traditions pretending to be inserted in the revitalization of the past thought as historical - socially invented and constantly reinvented - can promote socio cultural dynamics but also, indirectly, enhance the risk of creation of segregated urban spaces and stigmatized populations. This discussion takes as reference certain dynamics initiated in the process of intervention in Lisbon, with particular emphasis on an anthropological study carried out in Mouraria neighborhood.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	A ASCENSÃO DO «RE» NA INTERVENÇÃO URBANA	2
3	AS (CON) TRADIÇÕES DO BAIRRO DA MOURARIA EM LISBOA	5
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
5	BIBLIOGRAFIA	13

AS (CON) TRADIÇÕES SOCIOCULTURAIS DA REABILITAÇÃO URBANA ¹

Palavras chave: reabilitação urbana, intervenção socio-urbanística e cultural

1 INTRODUÇÃO

Ao conjunto de programas e projectos de intervenção urbana associaram-se noções - reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar - que, começadas por *re*, expressam aquilo que se considera importante fazer pelo património urbano: capacitar a cidade existente², sobretudo as áreas degradadas e mais decadentes, de vitalidade social, económica e cultural. O caminho para esta capacitação passa por um retorno às preexistências, em que o *re* parece insinuar uma promessa de reordenação do presente através do reencontro com o passado, muitas vezes, idealizado. No *reavivar* de aspectos físicos, culturais e/ou sociais, existem determinados elementos e/ou condições que são considerados como mais autênticos, como se certos artefactos e/ou épocas fossem mais genuínos e/ou tradicionais que outros, o que, em muitos casos, justifica a reivindicação de *salvaguarda e revitalização*.

¹ O título inicialmente proposto para a comunicação foi *O “re” em questão: as (con) tradições socioculturais da reabilitação urbana*. Contudo, na revisão do texto considerou-se melhor o presente título, muito embora o conteúdo da comunicação se mantenha igual ao que foi apresentado.

² Por intervenção na cidade existente considera-se “o conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, actuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc.)” (Portas, 1985: 8).

O objectivo desta reflexão é questionar os critérios através dos quais se procede a análise e a capacitação de determinados elementos à património a *reavivar*, discutindo o reflexo que isto pode ter nas dinâmicas socioculturais e espaciais dos contextos. Aqui não se pretende questionar a existência de formas culturais e sociais que possam ser reconhecidas como tradição, nem tão pouco os processos de intervenção urbana enquanto uma oportunidade de inversão das situações de desfavorecimento social, económico, habitacional, de promoção activa e interactiva de dinâmicas de valorização sociocultural. Pelo que, ao tomar como referencial empírico determinadas dinâmicas associadas ao processo de intervenção na cidade de Lisboa, em particular reflectindo sobre alguns aspectos observados no bairro da Mouraria em Lisboa, pretende-se reflectir sobre como no processo de produção e construção social do espaço urbano, a idealização e a sobrevalorização de determinadas tradições que procuram apoiar-se na revitalização de um passado pensado como histórico, mas que é socialmente inventado e constantemente reinventado, tanto podem promover a dinamização sociocultural como, indirectamente, potenciar o risco da produção de espaços urbanos segregados ou de populações estigmatizadas.

2 A ASCENSÃO DO «RE» NA INTERVENÇÃO URBANA

Nos finais dos anos 60 se verifica uma significativa mudança nos conceitos e formas de actuação sobre a cidade existente, nomeadamente em contexto europeu. Isto permitiu demarcar uma postura crítica e diferenciada das práticas precedentes que, em síntese, se regulavam pelo restauro de elementos isolados do património arquitectónico e pelo recurso à demolição e renovação sistemática do tecido edificado dos centros urbanos. As condicionantes que influenciaram as práticas e as perspectivas de intervenção desde os anos 60 permitem, em síntese, destacar os seguintes aspectos: a) a intervenção no património, antes ligada à protecção de edifícios isolados, passou a ser considerada do ponto de vista de tecidos urbanos mais abrangentes; b) a importância que adquiriu a perspectiva de (re)adequação

desse património – em termos de usos, necessidades e imagens³; c) a integração das dimensões sociais, para além das físicas, nos processos de intervenção. Observe-se, contudo, que estas perspectivas e sentidos de intervenção na cidade existente, assumiram-se simultaneamente como manifestação e motores das dinâmicas de *(re)invenção do património*⁴.

Noções como reabilitar, revitalizar, reconverter e regenerar, pouco a pouco, passaram a fazer parte do vocabulário de quem pretende fazer algo pelo património urbano, verificando-se uma maior ou menor preponderância do seu uso em determinados períodos, sem contudo se verificar uma uniformidade de critérios no estabelecimento da nomenclatura associada aos tipos de intervenção na cidade existente, registando-se a permanência de um espectro de designações que, não raras vezes, sobrepõem – sob designações semelhantes – objectivos e estratégias de intervenção distintos Vargas e Castilho, 2006)⁵.

Contudo, ao subentender um intuito de capacitar a cidade existente de vitalidade social, económica e cultural, estas noções comportam uma dimensão temporal, sobretudo expressa pela reivindicação de preexistências. O «re» aparece aqui como uma promessa de reordenação do presente através do reencontro com o passado, assim reflectindo uma inversão nessa relação através do accionamento da estratégia de criação de uma nova mediação: o património e o discurso que o sustenta (Casal, 1994). Pelo que, quando da colocação em prática de um intuito de reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar algum aspecto seja ele de cunho físico, cultural, social ou económico, verifica-se uma espécie de princípio: o de que no contexto de

³ A intervenção na cidade existente implica o desencadear de “operações cirúrgicas mais ou menos profundas sobre os tecidos herdados com a conseqüente marca formal de quem hoje as faz e as usa” (Portas, 1985: 9).

⁴ Sobre esta ideia consultar: Choay (1992) sobre os processos sociais e urbanos de invenção do património urbano na Europa desde o século XIX; Bourdin (1979, 1984, 1996) a respeito das lógicas sociais e urbanas de reinvenção do património a partir das políticas de reabilitação, conservação, requalificação e renovação urbanas; Pierre Jeudy (2005) e Fortuna (1997, 1999, 2002) sobre as dinâmicas de reinvenção do património urbano e os processos de patrimonialização e estetização urbanas; Costa (1999) sobre o par *invenção do património / invenção das tradições*, a partir de estudo no bairro de Alfama, em Lisboa.

⁵ No sentido de compreender os processos de intervenção urbana, Vargas e Castilho (2006) delimitaram três períodos característicos, salientando que os mesmos não são rígidos nas suas delimitações, nem mutuamente exclusivos. Os períodos identificados pelas autoras são: Renovação Urbana (1950-1970); Preservação Urbana (1970-1990); Reinvenção Urbana (1980-2000).

intervenção existem determinados elementos e/ou condições que possibilitam a viabilização e concretização deste intuito de intervenção. Contudo, através de que critérios se procede a análise e a capacitação de tais elementos?

Como referido por Costa (1999: 34), estes critérios “são tudo menos consensuais”, isto porque se vai observar que na produção do espaço urbano local certos elementos são seleccionados como sendo mais autênticos do que outros, mas os critérios que sustentam tais selecções “são concebidos como emanando de uma supostamente intrínseca genuinidade diferencial dos objectos – como se certas obras da acção humana, ou certas épocas fossem portadoras de uma essencialidade ontológica maior do que as outras”.

Curiosamente se tem observado que o interesse patrimonial suscitado pelos contextos, para além de associado aos aspectos arquitectónicos, relaciona-se com determinadas especificidades assentes em certas formas culturais e simbólicas tidas como manifestamente peculiares e expressivas, assim assumindo o estatuto de *tradição* a ser, fortuitamente, elevada a património a *salvaguardar e/ou reavivar*. Considerando que a ideia de tradição evoca “um conjunto de orientações valorativas consagradas pelo passado” (Oliven, 1992:21), passado esse que, entretanto, é quotidianamente inventado (Hobsbawn e Ranger, 1996), coloca-se o problema de tentar perceber como operam essas construções sociais que ligam o que supostamente é mais autêntico⁶ e genuíno, às tradições e às identidades sociais e espaciais.

Tal não é alheio a tentativa de associar uma certa tradição cultural a própria historicidade de um contexto específico que, de acordo com Costa (1999: 51), é justificada a partir de três hipóteses: a) a de que “as formas de identidade cultural de um grupo coincidem necessariamente com as formas de identidade cultural relativas aos espaços em que ele vive”; b) a ideia segundo a qual “as relações entre identidade cultural e memórias sociais se estabelecem necessariamente com base num grupo produtor e portador das duas; c) a hipótese de que a transmissão cultural

⁶ Para José R. Santos Gonçalves (2005: 31), “a cultura autêntica é precisamente o que escapa de toda e qualquer definição, classificação e identificação precisa e objectificadora, tal como ocorre nos discursos do património cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado. São exactamente as formas de *cultura autêntica* que necessariamente escapam das redes desses discursos”.

se faz necessariamente por continuidade social, de geração em geração, nesses grupos portadores de memórias e identidades partilhadas”. Não se questionando, a importância de considerar esses processos na construção social da realidade dos/sobre os contextos locais, contesta-se, como sublinhado por Costa (1999), o “carácter necessário e suficiente” das hipóteses atrás referidas. Pelo que, não se encontrando em causa a existência de formas culturais e sociais localmente reconhecidas como tradições, parece-nos importante discutir os elementos que respeitam as “operações de selecção” (Costa, 1999), nomeadamente as acções sustentadas pelos vocábulos iniciados por *re* para assim *reavivar* ou *recuperar* uma determinada tradição e/ou genuinidade cultural localizada num tempo algures situado no passado. Enfim, existirão tradições mais genuínas que outras?

3 AS (CON) TRADIÇÕES DO BAIRRO DA MOURARIA EM LISBOA

Mouraria foi a designação atribuída ao arrabalde destinado aos mouros após a reconquista cristã da cidade (em 1147), datando de 1170 o foral que instituiu a comuna moura. No entanto, existe também um mito que, explicando a viabilização da reconquista cristã, relaciona a origem da *mouraria* de Lisboa com o mito (ou lenda) do Martim Moniz, um soldado que, durante o Cerco de Lisboa ficou preso numa das portas da Cerca Moura, desse modo, auxiliando a entrada dos cristãos na área ainda ocupada pelos mouros.

A par do seu isolamento do resto da cidade, devido à intensa actividade económica o gueto da *Mouraria* atraiu segmentos cristãos da população, que se instalaram na envolvente próxima do bairro, dando-se início a um convívio profissional e de vizinhança. Contudo, pobreza e precariedade habitacional são características do bairro que ao longo da sua história sobretudo atraiu segmentos da população com dificuldades socio-económicas. Tais características ficariam particularmente evidenciadas a partir do século XV, com a crescente tendência da cidade voltar-se para o rio, e com o aumento da população da cidade em função de movimentos migratórios oriundos das zonas rurais do País.

Um dos fenómenos que despontou da dinâmica de recomposição e reconfiguração urbana, traduzida nos elevados índices de concentração populacional nos bairros antigos de Lisboa e nas mudanças demográficas, sociais e culturais provocadas pelas vagas migratórias de finais do século XIX, foi a invenção daquilo que posteriormente passou a ser chamado *tradições populares* (Cordeiro, 1997). E, algures no século XIX, também a Mouraria foi socialmente construída como um bairro que detinha algumas tradições, encontrando-se esta *fundação* no meio de uma complexa rede de elementos culturais, sociais, históricos, urbanos e rurais, sonhos, mitos e representações. Mas a par de um processo de *emblematisação*, o bairro continuou a ser atravessado por um processo de estigmatização e segregação socio-espacial, já que a par da pobreza e miséria que ali prevaleciam, a Mouraria também ficaria conhecida como um contexto propício à prostituição, à vadiagem, ao alcoolismo.

Em termos urbanísticos, o bairro praticamente manteve-se inalterado até à segunda metade do século XIX. A destruição do bairro, preconizada através de um ideal de modernização, embelezamento e higienização da cidade se efectivou com o Estado Novo, entre as décadas de 30-60, quando a parte baixa do bairro – antes composta por um entrelaçar de ruas, prédios antigos, igrejas, etc. – foi destruída. Ao espaço vago ali deixado foi dado o nome de Largo do Martim Moniz, recuperando-se a lenda da reconquista cristã, o que ideologicamente era muito conveniente para a política do Estado Novo.

Entre as décadas de 70 e 80 do século XX, o bairro e áreas adjacentes ainda seriam focos de interesse de políticas de modernização da cidade. Contudo, em plenos anos 80 do mesmo século, apenas se tinha edificado nos espaços deixados vagos pela destruição, um edifício para serviços e, mais tarde, dois centros comerciais: Centro Comercial da Mouraria e Centro Comercial do Martim Moniz.

Face à degradação do parque edificado local – situação ainda mais agravada pela precariedade socio-económica local e pela dificuldade de implantação de actividades que permitissem a dinamização económica e cultural da área – o bairro é, desde 1985, social e urbanisticamente, endógena e exógenamente, constituído como *objecto de reabilitação urbana* (Costa e Ribeiro, 1989; Costa, 1999).

Refira-se ainda que desde a década de 70 do século, se verifica naquela área da cidade a instalação de um comércio de revenda maioritariamente controlado por minorias étnicas. Tal fenómeno contribui para a configuração de uma outra imagem da Mouraria que, assim, passou também a ser referida como contexto multiétnico e multicultural, como lugar de pessoas, práticas, músicas, artefactos, roupas e comidas diferentes, que primam por uma certa diferença social e cultural. Locais como a Praça do Martim Moniz (construída em 1997) e o Centro Comercial da Mouraria são um dos principais palcos de visibilidade de tais dinâmicas. Nesta nova imagem ressoam algumas conotações associadas ao bairro enquanto espaço liminar, neste âmbito, como lugar de encontro de diferentes expressões culturais. A assumpção da Mouraria como uma espécie de símbolo do convívio multiétnico e/ou multicultural na cidade, convive com um outro universo de práticas e representações associadas a uma ideia do bairro como contexto de tradições populares. Neste âmbito, importa não esquecer que, historicamente, os atributos de tipicidade popular associados à Mouraria, se encontram também vertidos numa imagem do bairro como espaço de pobreza e de transgressão, onde se desenvolvem actividades como a prostituição, o tráfico e o consumo de droga, e onde é possível encontrar sem abrigo.

A Mouraria do presente pode ser descrita pela vivência de rua, as roupas estendidas nas janelas e pátios, as crianças a brincar, os edifícios históricos e degradados, as conversas à soleira da porta ou à janela, pela a procissão, pelos arraiais dos Santos Populares e a marcha popular. Como também pode ser descrita por um conjunto de territórios e dinâmicas que, para além de conjugarem os elementos mais características da sua população e mesmo do seu espaço físico, lida com os (i)migrantes, os turistas, os desempregados e os reformados, coexistindo com lojas e mercearias chinesas, cabeleireiros luso-africanos, bazares indianos, a *Associação Comercial China Town*, a *gang dos telemóveis*, os toxicodependentes, os sem-abrigo. Pelo que, o lado público e visível da Mouraria parece reflectir-se numa espécie de jogo de espelhos que reproduz imagens que transitam entre as ideia de *típico, tradicional, popular, multicultural, multiétnico*, mas também como um *novo Casal Ventoso, Bronx* e até *Texas* (Menezes, 2004).

Em 1997, o largo de nome Martim Moniz foi transformado em praça, também denominada com o nome do lendário soldado cristão. A praça foi, entretanto,

decorada com elementos alusivos ao troço da Cerca Moura, aos soldados cristãos que derrotaram os mouros e com uma inscrição sobre a lenda de Martim Moniz. Desde a conclusão da praça, o local se tornou atractivo para muitos daqueles que diariamente frequentam a zona, destacando-se a presença quotidiana de indivíduos identificados com determinadas minorias étnicas que vivem (n)a cidade.

A estação local do metropolitano também foi renovada. O seu antigo nome de Socorro foi substituído por Martim Moniz e as plataformas dos comboios passaram a estar decoradas com figuras que simbolizam a reconquista cristã da cidade. Nos painéis de azulejo que decoram a entrada da estação foram colocados símbolos gráficos que aludem à presença de árabes, indianos e africanos por aquelas paragens. No meio destes símbolos gráficos aparece um painel de maior dimensão, de autoria de Gracinda Candeias, com a seguinte inscrição:

“Socorro – topónimo com raiz na antiga Igreja do Socorro – dá nome a um lugar que ao longo dos séculos foi constituindo interessantíssimo ponto de encontro de culturas diversas e de vivências múltiplas. Desde a presença de árabes, que estará na origem da designação popular ‘Mouraria’, até aos indianos e africanos. / Foram escolhidos três temas para representar, de forma iconográfica, três tempos históricos que simbolizam a convergência destas múltiplas culturas. (...) Gracinda Candeias – Lisboa, 1995 / 97.”

Neste pequeno relato da história da freguesia do Socorro, onde se insere o núcleo central da Mouraria, verifica-se a evocação a três culturas e tempos: árabe, indiano e africano. Aqui verifica-se que o recurso à noção *árabe* retira, premeditadamente (ou não), qualquer conteúdo ou conotação pejorativa que a designação Mouraria originalmente comporta e que se refere a um espaço segregado para os mouros que não saíram da cidade. Esta imagem reabilitada e construída entre uma mescla de mitos e realidade, parece querer eliminar a sina fadista do local, até porque nos elementos de decoração da estação do metropolitano e da praça não se recuperou nenhum outro elemento dessa outra faceta popular do bairro. De que modo este reposicionamento do bairro olhado como entreposto de culturas tende a ignorar as suas outras especificidades culturais locais?

Quando da realização da pesquisa, a Câmara Municipal de Lisboa havia publicado roteiros temáticos de passeio pela cidade. Um destes roteiros foi intitulado como “Lisboa, Cidade de Exílios”. A sua introdução era pontuada pela antiguidade medieval do convívio multiétnico da Mouraria que assim surgia como a porta de entrada a um percurso por uma Lisboa designada “de todas as cores” (Aqualusa, 1999: 9). Apesar de algumas imprecisões históricas do roteiro, o seu interesse justifica-se por nos auxiliar a compreender alguns dos elementos convocados para a construção de uma determinada imagem do bairro, que assim destaca a ideia da conquista da cidade aos mouros, a demarcação da origem da multiétnicidade com a reconquista cristã e a demarcação da origem da Mouraria a partir da praça que, entretanto, recebeu o nome do lendário soldado. Este roteiro também estabelece uma relação entre a expansão portuguesa e o aparecimento dos africanos e indianos em Lisboa. Situado, segundo o autor, no bairro “dos últimos árabes de Lisboa”, a referência ao Centro Comercial da Mouraria é feita nos seguintes termos:

“Lá dentro, numa única tarde, pode-se visitar quase todo o antigo Império Português. A fragrância forte das especiarias enlouquece o ar. Inevitavelmente vem-nos à memória a grande aventura dos Descobrimentos Portugueses: foi para renovar o fatigado sabor da culinária europeia que Vasco da Gama se lançou ao mar, em direcção à Índia, inaugurando uma nova rota comercial, e mudando assim os destinos do mundo.

Distribuídas por quatro andares do Centro Comercial da Mouraria encontram-se diversas lojas de produtos africanos, chineses e indianos. (...) diversos cabeleireiros africanos, alfaiates congolezes, restaurantes chineses, indianos e africanos, casas de artesanato e discotecas especializadas em *world music*.” (Aqualusa, 1999: 20-21)

O elemento *mouro* é positivamente considerado, sendo deixada de lado a ideia de vencido que usualmente lhe estava associada. Na verdade, de novo se reforça a ideia de transfiguração do significado histórico da designação *mouro* que, ao abarcar também uma maior amplitude, interessadamente, irá permitir a aproximação com o universo de além mar, o mundo ultramarino das descobertas portuguesas, com os aromas e cores também trazidos pelos indianos e africanos, seguidos dos chineses. Nesta sucessão de apropriações e transformações da história local, e da sua

intersecção com momentos históricos que, inclusivamente, são fundamentais para a invenção da própria identidade nacional, verifica-se uma importante estratégia simbólica de positivar a imagem do *outro*, assim transformado num dos símbolos do bairro da Mouraria. Em nós ressoa a interrogação: por onde passa, na reconversão urbana, a requalificação da própria história?

Observe-se, a propósito, o discurso de um técnico ligado ao processo de Reconversão Urbanística da Mouraria, contactado durante a pesquisa de terreno:

“Para além da especificidade tradicional que tem a ver com a cultura lisboeta, alfacinha e bairrista, onde o fado e as relações de vizinhança estão presentes, existe essa mistura. (...) A principal potencialidade do bairro da Mouraria é a multietnia e a multi-racialidade, é uma tradição, tem a ver já anteriormente quando os mouros foram expulsos para aqui, houve uma mistura racial dos próprios cristãos com os mouros, com os povos vindos do Norte, etc. Ela continua agora com os africanos e continua com os asiáticos, e portanto, eu diria que se Lisboa é um pouco a *Kashba* da Europa, a Mouraria também o é de Lisboa. Mouraria é um pouco *Kashba*. Encontra-se restaurante africano, encontra-se o sítio onde há música africana especial, não é aquela comercializada nos compactos. (...) Existem certas especificidades a nível de bijutaria, a todos os níveis, até poderá ser paralela com as importações que os próprios asiáticos fazem dos seus países de origem. Isto é um entreposto comercial, onde muita gente vem comprar, do Norte, do Sul, de Espanha, Madrid, muitos comerciantes de Madrid, a nível da bijutaria, são os clientes preferenciais das lojas da Mouraria. Portanto, eu penso que esse é o potencial principal e a sua especificidade” (conforme citado em: Menezes, 2004: 251).

A defesa estratégica do bairro como local de tradição multiétnica não se constrói pela negação e/ou ocultação de uma “cultura lisboeta, alfacinha e bairrista” que, assumindo-se como representativa de práticas vindas do passado, é também um atributo a *revitalizar* na sua *genuinidade*⁷.

⁷ O técnico antes referenciado sugeriu também a importância de se “revitalizar as tradições” porque a “originalidade” de determinadas manifestações culturais lisboetas “se estava perdendo”. Este

Portanto, a Mouraria tem sido emblematizada como bairro popular e típico de Lisboa, sendo referenciada pelo seu pitoresco e peculiaridade cultural, mas ao longo da história, o bairro também tem sido marcado pelas intervenções urbanas que nela tiveram lugar, contraditoriamente repelida por essas mesmas características, entretanto, exacerbadas enquanto vícios, crimes, insalubridade e sintomas de incivilidade e atrofiamento urbano. Convertidos em elementos de tipicidade e tradição, estes temas assumem-se como filão para auto-representação do bairro em manifestações como arraiais e marchas populares da cidade. Como articular estas dinâmicas com a invenção da multiculturalidade e multiétnicidade como marcas da especificidade local? Considerando que através dessas últimas imagens parece proceder-se a um aparente esbatimento dos processos de emblematização e estigmatização que também atravessam o bairro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa criar ou recriar tradições é necessário muito mais do que somente “ter” e “executar” uma ideia (Fantin, 2000: 144). Isto porque, uma tradição inventada “precisa não só ter uma certa cara mas ser capaz de produzir motivações e emoções sintonizadas com os desejos de um certo colectivo” (idem). Tal permite colocar algumas questões. Como primeira questão nos interessa retomar aquelas interpretações que tomam a imagem de multiculturalidade local como sinónimo de convívio inter-étnico ou de integração social e urbana. Uma segunda questão remete para o facto de que a preponderância conferida a uma imagem multicultural parece processar-se não valorizando alguns dos meios, espaços e instrumentos de mediação cultural, social e simbólica que, a priori, já existem no local. Como terceira questão, notar que a par da tentativa de tornar positiva a imagem do *outro* e da reprodução do processo que reedita a imagem da tipicidade popular do bairro, não se deve esquecer que tanto uma como a outra imagem são atravessadas por lógicas de exclusão, segregação e estigmatização socio-espacial (Menezes, 2004). Importa,

técnico mostrava-se decepcionado com o facto de a “genuinidade” na organização dos arraiais populares da cidade já não existir, desse modo indiciando uma espécie de nostalgia que tinha relativamente à *autenticidade* das “tradições passadas” e que, segundo ele, se foram perdendo com a transformação dos arraiais em negócios lucrativos.

como tal, ao nível da intervenção urbana investigar e promover formas de mediação entre o carácter popular e típico do bairro e o seu carácter multiétnico, para que a salvaguarda e a reabilitação do património se articule com a promoção do desenvolvimento socio-urbanístico⁸. De outra forma, o bairro poderá ver reforçada as dinâmicas que, ao longo da sua história, propiciaram o desenvolvimento de processos de segregação socio-espacial. Neste âmbito importará ter em atenção quatro aspectos (Menezes, 2005):

- Considerar o bairro como um *todo* homogéneo e desmerecer a heterogeneidade dos territórios e da diversidade das dinâmicas culturais que, entretanto contribuem para a produção e construção social do contexto da Mouraria.
- Apreciar a heterogeneidade local, mas considerar as *parcelas* de diversidade como factores independentes e mutuamente exclusivos – não olhando às interpenetrações quotidianas entre *partes*.
- Minimizar a ideia de heterogeneidade sociocultural à diversidade de expressões étnicas, obscurecendo a importância de outras fontes de heterogeneidade social, como também dos processos de recomposição de práticas e representações identitárias múltiplas.
- Fazer prevalecer, em termos de valorização patrimonial, umas parcelas em detrimento de outras, de certo modo promovendo o *zonamento* das tradições a par de sobrepor determinadas identidades culturais à determinados territórios.

No caso dos bairros populares de Lisboa, de imediato somos confrontados com a seguinte questão: de que se fala quando se faz referência à recriação da tradição? Tratar-se-á da recriação da genuinidade de determinadas manifestações socioculturais? A título de especulação, tomemos as manifestações culturais que dizem respeito ao fado e que é um elemento usualmente considerado como

⁸ Na discussão que Abel Albet i Mas (2004, 23) desenvolve sobre a utilização da cultura no âmbito da definição das estratégias de transformação socio-urbanísticas da cidade de Barcelona, o autor chama a atenção para “a aparente aposta numa cidade multicultural que não deixa de ser senão uma imagem funcional para evitar o conflito e banalizar as diferenças”.

característico destes bairros. Portanto, no âmbito de uma proposta de recriação dessa tradição o que fazer, então, com todo o conjunto de personagens e dinâmicas atribuídas ao próprio contexto socio-ecológico que lhe deu destaque – onde pontuam memórias reportadas à prostituição, à miséria, ao alcoolismo, à *malandragem*? Reconstitui-se? Recupera-se apenas o que interessa? Mas o que interessa? Quem dita o que deve ser protegido e/ou revitalizado? Qual tradição pura e/ou genuína se pretende conservar, recuperar, revitalizar, reanimar e/ou reabilitar? Em que medida é que a ideia de conservar e reabilitar a autenticidade de uma cultura e de uma tradição, entra em contradição com a própria dinâmica das sociedades? Interessará, assim, questionar as múltiplas implicações socioculturais que as intervenções apoiadas em noções iniciadas pelo prefixo «re» podem ter nos contextos.

Observa-se ainda que muitas das representações simbólicas que sustentam as intervenções apoiadas num ou noutro vocábulo iniciado por *re*, não são propriamente construídas pelos colectivos sociais inseridos nos contextos locais de intervenção, decorrendo em muitos casos de dinâmicas protagonizadas por agentes e processos, muitas vezes, exógenos.

5 BIBLIOGRAFIA

AGUALUSA, José Eduardo, 1999, *Lisboa, Cidade de Exílios*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

BOURDIN, Alain, 1979, “Restauration / Réhabilitation: l’ordre symbolique de l’espace néo-bourgeois”, *Espace et Société*, n.ºs 30-31, Paris, pp. 15-35.

BOURDIN, Alain, 1984, *Le Patrimoine Réinventé*, Paris, PUF.

BOURDIN, Alain, 1996, “Sur quoi fonder les politiques du patrimoine urbain? Professionnels et citoyens face aux témoins du passé”, *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n.º 72, Paris, pp. 7-13.

CASAL, Yañez, 1994, “Arqueologia, Antropologia e Património”, *Ethnologia*, nº 1-2, Lisboa, Departamento de Antropologia da UNL.

CHOAY, Françoise, 1992, *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Ed. Seuil.

CORDEIRO, Graça Índias, 1997, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

COSTA, A. Firmino da, 1999, *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.

COSTA, A. Firmino da. RIBEIRO, Manuel João, 1989, “A construção social de um objecto de reabilitação”, *Sociedade e Território*, n.ºs 10-11, Lisboa, pp. 85-95.

FANTIN, Márcia, 2000, *Cidade Dividida: Dilemas e Disputas Simbólicas em Florianópolis*, Florianópolis, Ed. Cidade Futura.

FORTUNA, Carlos, 1997, “Destradicionalização e imagem das cidades”, in FORTUNA, Carlos (org), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora, pp. 231-258.

FORTUNA, Carlos, 1999, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Oeiras, Celta Editora.

FORTUNA, Carlos; PEIXOTO, Paulo, 2002 “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas”, in FORTUNA, Carlos; SANTOS SILVA, Augusto (orgs.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento, pp. 17-63.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos, 2005, “Ressonância, materialidade e subjectividade: as culturas como patrimónios”; *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, nº 23, pp. 15-36.

HOBBSBAWM, Eric, e Terence RANGER (orgs.), 1996, *The Invention of Tradition*, Cambridge, University Press.

JEUDY, Henri Pierre (org.), 1990, *Patrimoines en Folie*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Home.

MAS, Abel Albet, 2004, “La cultura en las Estratégias de Transformación Social Urbanística de las Ciudades. Barcelona, del Modelo al Espectáculo, *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 9, Lisboa, CET, ISCTE, pp. 15-25.

MENEZES, Marlucci, 2004, *Mouraria, Retalhos de um Imaginário: significados urbanos de um bairro de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

MENEZES, M. “Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria”; in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 11, CET, ISCTE: Lisboa, 2005, pp. 65-82.

MORAGAS, Carlos Romero, 2001, “Ciudad, cultura y turismo: calidad y autenticidad, *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*”, Año IX, n.º 36, Sevilla, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Septiembre.

OLIVEN, Ruben, 1992, *A Parte e o Todo: a Diversidade Cultural no Brasil-Nação*, Petrópolis, Vozes.

PORTAS, Nuno, 1985, “Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente”, *Sociedade e Território*, Ano 1, n.º 2, Lisboa, pp. 8-13.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana L. Howard, 2006, “Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados”, VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana L. Howard (orgs.), 2006, *Intervenções em Centros Urbanos – Objectivos, estratégias e resultados*. São Paulo. Editora Manole, pp. 1-52.

